



A Idade Média e o Dinheiro: Ensaio de Antropologia Histórica

Jacques Le Goff

Tradução de Marcos de Castro

Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014. (272 páginas)

ISBN: 8520011713

Certos autores acabam se tornando sinônimos de suas próprias áreas de estudo. Esse é o caso de Jacques Le Goff (1924-2014), historiador francês falecido em abril de 2014. Impossível mencionar o nome de Le Goff e não lembrar de suas dezenas de livros sobre a Idade Média, bem como a forma que ele retratou tal período. A obra do autor é fundamental para aqueles que querem conhecer a Idade Média para além dos clichês de “idade das trevas” ou da “sociedade dominada pela Igreja”.

Nesse sentido, *A Idade Média e o dinheiro: Ensaio de antropologia histórica* merece ser lido com toda atenção, seja pelo conhecido caráter revisionista do autor, seja pelo natural interesse que os estudiosos das ciências econômicas têm pela moeda, especialmente quando se trata de sua origem e desenvolvimento. Há que se ressaltar que a obra não se restringe à estrita história da moeda; ela contempla as diferentes formas de relações econômicas que foram surgindo – ou reaparecendo – ao longo do período histórico descrito.

Esboçando seu plano da obra, Le Goff entende que o estudo a respeito do uso da moeda na Idade Média deve considerar dois grandes períodos. O primeiro, do século IV ao século XII ou, como caracteriza ao autor, de Constantino a São Francisco de Assis, no qual as transações intermediadas pela moeda experimentam um retrocesso em comparação ao Império Romano, para depois retomar lentamente seu uso. Já o segundo, compreendido pelo ínterim entre os séculos XIII e XV, no qual o desenvolvimento urbano, o poder real e a pregação revista da Igreja dão novo im-

pulso ao dinheiro. É nesse segundo momento que, conforme o autor, aparecem as noções de ricos e pobres, em contraposição ao binômio poderosos e humildes, mais afeito ao primeiro período. Nada mais compreensível, uma vez que o dinheiro aos poucos vai se consolidando não só como meio de troca, mas como meio de ação.

Em linha com o que descreve a teoria econômica, a obra mostra como a expansão da moeda no segundo período mencionado acima está associada ao aprofundamento da especialização do trabalho e, por consequência, do crescimento das relações de trocas comerciais. Naturalmente a cidade é onde mais se percebem esses acontecimentos. Escreve o autor:

Tudo considerado, a cidade é, em relação ao campo, que quase não progride no século XII, o lugar de grande dinamismo de todo tipo. Dinamismo do trabalho graças a progressos tecnológicos que exploram a energia dos moinhos urbanos para a metalurgia, os cortumes e até a fabricação de cerveja. [...] Esse impulso urbano é também uma das causas fundamentais da expansão da moeda, ou antes das moedas, nos séculos XII e XIII, pois é preciso lembrar que não existe mercado monetário e que a utilização das moedas não caracteriza uma pessoa ou um grupo¹.

A época do crescimento do dinamismo urbano coincide com o tempo das catedrais. A obra ora resenhada não traz uma clara conclusão sobre o impacto dessas grandes construções

¹ LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o Dinheiro: Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014. p. 37.

sobre o uso da moeda. Por um lado, descreve como as catedrais impulsionaram as doações em espécie para a Igreja; por outro, argumenta que os canteiros de obras sorveram quantidade elevada de recursos, fato este que, associado às cruzadas e à fragmentação monetária, retardou o crescimento econômico medieval.

É a partir do tema das catedrais que o autor oferece um *insight* sobre a importância da moeda naquilo que, segundo os economistas adeptos da tradição austríaca, é uma das maiores conquistas civilizacionais da economia de mercado: o cálculo econômico. São descritos os surgimentos das fábricas na França e das *opera* na Itália no século XIII, organizações voltadas a gerir de forma racional o financiamento das grandes igrejas. Informa o historiador que essas instituições tinham a missão de receber as doações, irregulares no decurso do tempo, garantir o financiamento do canteiro de obras e definir um orçamento que proporcionasse algum nível de previsibilidade para projetos que frequentemente superavam centenas de anos para sua consecução.

Como esperado, Le Goff aborda em detalhes aquela que é, certamente, a questão mais sensível que envolve os estudos medievais sobre moeda: a usura. Diversas citações de documentos canônicos e doutores da Igreja confirmam a amplamente conhecida condenação à prática da usura. Nas palavras do medievalista, assim era simbolizado aquele que cobrava juros sobre os empréstimos em dinheiro:

Nesse mundo medieval, como bem mostrou Michel Pastoureau, o símbolo reina de modo absoluto e os animais fornecem uma rica coleção de modelos do mal. O usurário é frequentemente comparado a um leão violento, uma raposa pérfida, um lobo ladrão e glutão. Na linha metafórica os pregadores e os escritores da Idade Média mostram frequentemente o usurário como animal que vai perder a pele na hora da morte porque sua pele são as riquezas roubadas no correr da vida².

Sem dúvida um panorama que apresentava severas restrições à maior difusão da moeda. No entanto, na segunda metade do capítulo dedicado à usura, o autor concentra esforços na demonstração de como a cobrança dos juros paulatinamente tornou-se aceitável na sociedade medieval.

Le Goff entende que o século XIII marca a transição do entendimento sobre a usura, tendo os séculos XIV e XV como período de consolidação. Para o autor, quatro conceitos foram fundamentais para catalisar transição acima mencionada. O primeiro é o aprofundamento da noção de justiça, especialmente quando aplicada à noção que aos poucos surgia, qual seja, o risco de não pagamento do montante principal do empréstimo. O segundo – e acima do primeiro, de acordo com o historiador – é a *caritas*. Ele argumenta como a difusão do dinheiro se conciliou com uma “economia da doação”, especialmente após o estabelecimento de ordens religiosas mendicantes nas cidades.

Em terceiro, a valorização do trabalho que, conforme o autor “*introduziu uma dimensão particular no uso e na difusão do dinheiro, especialmente pela importância do assalariado*”. O mais curioso é o quarto e último conceito, o Purgatório. Sem entrar na polêmica sobre se o Purgatório teria sido ou não uma “*invenção*” medieval, Le Goff traz relatos de escritores religiosos da época, nos quais são conhecidos os primeiros usurários salvos depois de expiarem seus pecados.

De especial atenção para economistas e juristas é o capítulo que trata do aperfeiçoamento do sistema financeiro medieval, com ênfase às letras de câmbio e seguros. Apresentando uma visão alternativa à convencional, as letras de câmbio teriam surgido para suprir a variação sazonal da oferta de moeda. Feiras de comércio, período de colheitas, datas de chegadas e partidas de comboios marítimos e as práticas de tesouraria dos governantes alteravam substancialmente o fluxo de moeda, portanto seu valor, em determinados locais. O capítulo é enriquecido com a transcrição daqueles que são conhecidos como os primeiros

² Idem. *Ibidem.*, p. 115.

instrumentos financeiros derivados do sistema monetário e que, mais adiante, seriam as bases do sistema bancário moderno.

Por fim, Le Goff traz sua visão sobre um debate recorrente na historiografia, qual seja, se é possível identificar a presença do capitalismo na Idade Média. Sendo um dos poucos capítulos a trazer de forma explícita suas referências teóricas, a maioria com certo viés socialista, o autor conclui que seria um exagero afirmar que o capitalismo se fazia presente no medievo. Para ele, a ausência de três fatores impedem tal afirmação: (i) uma oferta suficientemente regular de metais preciosos, dificuldade que viria a ser superada com a descoberta da América; (ii) a ausência de um mercado monetário consolidado (unificado), que se faria perceber apenas no século XVI e (iii) a não existência de uma instituição decisiva pela ótica de Le Goff, qual seja, a Bolsa, “*um organismo que não conseguira impor-se em Antuérpia no século XV e que afinal se estabeleceu em Amsterdam em 1609*”.

Ainda que tenha apresentado ressalvas quanto a existência do capitalismo no período estudado, um ponto que, convenhamos, muitas vezes se apresenta carregado de proble-

mas semânticos e de fundo ideológico, aparentemente o autor não se alinha com aqueles que entendem que o sistema feudal fora um empecilho ao progresso da economia de mercado na Europa. Nas conclusões afirma que:

Opor dinheiro e feudalidade não corresponde à realidade histórica. O desenvolvimento da moeda acompanhou a evolução do conjunto da vida social da Idade Média. Ligado às cidades, o dinheiro não circulou menos amplamente no campo. Beneficiou o impulso do comércio e foi uma das razões que explicam a importância assumida pelos italianos nesse domínio, que inclui também a Europa do Norte³.

Escrito em 2010 ao estilo de ensaio, *A Idade Média e o dinheiro* reflete a maturidade e a capacidade de discernimento conquistados por Jacques Le Goff, ainda que, por vezes, demonstrando certa carência de uma teoria econômica um pouco mais sólida. Tudo somado, é obra essencial para os interessados em história monetária, bem como para aqueles que buscam uma compreensão mais detalhada – e menos carregada de “verdades” preestabelecidas – sobre a Idade Média. ∞

³ Idem. *Ibidem.*, p. 254.

Daniel Marchi

Economista graduado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP)

Coordenador do Grupo de Estudos da Escola Austríaca de Brasília

Membro do Instituto Carl Menger

danielmarchi@gmail.com